



# CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344  
CEP 84500-000 - Irati - PR

## **PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA**

**Objeto: Parecer sobre Projeto de Lei 028/2017 que “Altera a Lei Municipal nº 1432/1997 – Estabelece normas para instalação de Feiras no Município de Irati - Paraná – e dá outras providências.”**

Vistos, etc.

Foi recebida, por esta Assessoria, solicitação oriunda da Presidência do Legislativo para a elaboração de parecer sobre o projeto de lei em epígrafe, a teor do disposto no art. 2º, II e IV, da Resolução nº 04/2015.

Trata-se de proposta de iniciativa do Poder Legislativo, atinente à alteração da Lei Municipal nº 1432/1997, a qual estabelece normas para instalação de Feiras no Município de Irati.

É o sucinto relatório.

## **FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

O presente projeto foi analisado em seus aspectos legais e constitucionais.

Inicialmente cabe estabelecer que, conforme a Constituição Federal preconiza em seu art. 30, I e VIII, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local; e, promover, no que couber, adequado ordenamento



## CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI - PR

Rua Dr. Correia, 139 - Fone/Fax: (42) 3423-2344  
CEP 84500-000 - Irati - PR

territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Destarte, as feiras temporárias devem ser interpretadas como de interesse local, razão pela qual o Município de Irati possui competência para legislar sobre o assunto.

Os Municípios podem estabelecer restrições legislativas para a concessão de licenças para o funcionamento do comércio (incluindo feiras livres), com a finalidade de proteger o interesse público local.

Extraí-se que o projeto de lei em análise visa alterar a Lei Municipal nº 1432/1997 – que estabelece normas para a instalação de Feiras no Município de Irati, aumentando as exigências para as empresas participantes e organizadoras dos eventos.

Com relação ao art. 1º, II, “g”, que pretende instituir taxa de expedição de Alvará de Funcionamento e possui natureza tributária, importante esclarecer que o Supremo Tribunal Federal entende que as leis de matéria tributária enquadram-se na regra de iniciativa geral, inexistindo reserva de iniciativa ao Chefe do Poder Executivo para propor leis sobre este assunto.

Ante o exposto, conclui-se que o Projeto de Lei em tela preenche os requisitos legais e constitucionais e está apto a ser analisado pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Irati/PR, 17 de outubro de 2017.

**EDUARDO FREIRE GAMEIRO ZANICOTTI**  
Assessor Jurídico (OAB/PR nº 55.190)